

## OS MAIAS: ESCRITA, IDEOLOGIA E PODER

Rodrigo do Prado Bittencourt<sup>1</sup>

### RESUMO

N' *Os Maias* (1888), texto mais importante do Realismo Português, existem personagens que lidam com a escrita: Carlos da Maia e João da Ega projetam lançar livros e uma revista, mas nunca concretizam seus planos. Este artigo pretende discutir o que levou estes dois personagens a renunciarem a seus intentos. É preciso analisar as motivações de cada um deles e como uma publicação poderia afetar seus interesses e sonhos. Para isso, recorre-se à Crítica Literária e à análise do contexto histórico ficcionalizado pelo romance. A luta de classes demonstra ser um fator primordial para entender a escrita destas personagens.

**Palavras-chave:** *Os Maias*, Personagens, Luta de classes, Escrita.

*Os Maias: episódios da vida romântica* é um livro de José Maria Eça de Queirós lançado em 1888. Hoje considerado por muitos como a maior obra deste autor e até mesmo de todo o Realismo Português, este livro não alcançou o mesmo sucesso de vendas que os anteriormente escritos por seu autor. Tampouco a crítica pareceu compreendê-lo bem e o silêncio em torno de tão provocante obra revela como foi preciso o passar do tempo para consagrá-la.

Nesta obra, dois jovens amigos convivem em meio ao luxo e ao ócio, em Lisboa: são eles Carlos da Maia, médico elegante, e João da Ega, que formou-se em Direito, mas que durante toda a narrativa não chega a exercer nenhuma atividade laboral. Um ponto que se deseja esclarecer com este texto é o da classe social destas personagens, que estão dentre as protagonistas do clássico livro de Eça de Queirós (*Os Maias*). Trata-se de averiguar a classe social (ou as classes sociais) de João da Ega e Carlos da Maia. São

---

<sup>1</sup> Doutor em Literatura Portuguesa pela Universidade de Coimbra (UC). Mestre em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Coimbra, Portugal, [rodrigobittencourt@gmail.com](mailto:rodrigobittencourt@gmail.com).

estas as personagens deste romance a tentar escrever; sem sucesso. João da Ega comenta sobre três livros que escreveria, ao longo de toda a obra: *Memórias de um Átomo*, *O Lodaçal* e *Jornadas da Ásia*; além da revista que pretendia criar em parceria com Carlos. Revista, aliás, que deveria se chamar *Revista de Portugal*, como de fato se chamou uma publicação que o escritor que os criou efetivamente fundou e dirigiu.

Carlos, por sua vez, busca escrever seu livro científico, a chamar *Medicina Antiga e Moderna*, após produzir com “laboriosos requintes de estilista, dois artigos para a *Gazeta Médica* (QUEIRÓS, vol. I, p.165)”; além da já citada revista. Ambos acabam por não concluir nenhuma das obras planejadas e, como este artigo almeja relacionar este fato com a luta de classes, é preciso analisar a questão da pertença de cada uma das personagens às diferentes classes da sociedade portuguesa de então.

Sabe-se que estes jovens vivem em meio ao luxo e ao requinte. Carlos pouco trabalha, e sem muita seriedade, e João da Ega não realiza nenhuma atividade relacionada ao seu curso superior. A única atividade laboral que ele tenta realizar é a da escrita. “Tenta” e não consegue, pois jamais chega a terminar nenhuma de suas obras, sempre inéditas e sempre alardeadas por ele como provocantes e revolucionárias.

Diversos críticos literários analisaram os aspectos sociais deste romance de Eça de Queirós. Afinal, *Os Maias* muitas vezes foi considerado um retrato do Portugal da Regeneração. Ou seja, um retrato do Portugal liberal, moderno e proto-capitalista do final do século XIX.

Coimbra Martins (1967) classifica Carlos da Maia como um representante da aristocracia portuguesa e não é difícil perceber que tanto Carlos da Maia quanto João da Ega gozam de uma posição privilegiada dentro da sociedade ficcionalizada por Eça de Queirós. Percebe-se que ambos pertencem à mesma classe; o que se demonstrará a seguir, apoiando-se tanto na questão da riqueza de cada um, quanto na sua posição dentro das relações de produção e no ideário político e social defendido.

Carlos parece ser mais rico, chegando mesmo a emprestar dinheiro a João da Ega, mas isso não passa de uma possibilidade, uma vez que a mãe de Ega, que morava em Celorico, é quem lhe sustentava financeiramente e pode ser que Ega tivesse consigo menos dinheiro que Carlos simplesmente por uma menor liberalidade de sua mãe em comparação com a bolsa generosa de Afonso da Maia; por ter o hábito de gastar mais

levianamente que o amigo ou mesmo por qualquer outro motivo que possa ser inferido de uma reflexão acerca do texto.

Deve-se atentar a um fato, entretanto: embora não apenas Coimbra Martins mas também outros críticos tenham assinalado a pertença de Carlos e Ega à aristocracia e muitas evidências textuais o afirmem, por que nenhum dos dois — e tampouco Afonso da Maia — usa dos títulos nobiliárquicos que teria? Na obra, há personagens que fazem uso de seus títulos, como o conde de Gouvarinho; mas ela não usa de nenhum título ao tratar da família Maia ou de Ega.

Para o que interessa a esta discussão, é preciso caracterizar Carlos da Maia e João da Ega como **aristocratas**. Isto porque ambos vivem como membros desta classe, ainda que possam não pertencer a ela. O texto apresenta diversas evidências deste pertencimento no que diz respeito a Carlos (fala-se em brasão e em antepassados godos, por exemplo) e não delimita com tanta clareza o pertencimento de João da Ega a esta classe social. Ainda assim, ele deve ser considerado um aristocrata, senão pela presença de um título de nobreza, por seu estilo de vida e pelo modo como se dão suas relações pessoais com pessoas deste restrito círculo social.

Diz-se que estes são jovens de vida aristocrática porque gozam do luxo proporcionado pelo dinheiro de suas famílias, ambas proprietárias rurais (embora os Maias tenham também imóveis urbanos) a viver de rendas e não do trabalho assalariado ou do investimento do capital no setor produtivo ou na especulação financeira. Eles apresentam um ideário contrário à burguesia e têm verdadeira repulsa a esta classe (com a ressalva de que Ega sempre está a exagerar suas opiniões para escandalizar e tornar-se o foco das atenções, há diversos elementos que permitem constatar esta aversão à burguesia, suas práticas e ideias, tanto por parte de Carlos quanto de seu amigo). Exemplo paradigmático desta repulsa pelo burguês é a justificativa que Ega dá a Afonso da Maia para ter abandonado a escrita de *O Lodaçal*. O jovem diz ao antigo patriarca da casa dos Maias que não podia sentir-se estimulado a escrever em meio a uma sociedade burguesa, incapaz de apreciar a inteligência e o valor

Eles cultuam — ou ao menos tentam passar esta imagem de si — as artes e o conhecimento; estão longe da administração racional de seus bens e da acumulação de capital por meio da parcimônia; aceitam a presença de parasitas sociais e agregados juntos

de si, formando uma espécie de corte dos Maias; são cosmopolitas — ou fingem ser — e não exercem nenhuma atividade profissional, vivendo no mais completo ócio.

Repare-se como esta disposição de Carlos está em consonância com a sua situação de classe. O lucro não é de modo nenhum o objetivo da sua atividade, mas sim a realização pessoal e uma imagem social determinada. Ele tenciona de facto «passar a ser uma glória nacional» (O. M. I, p. 97), como dissera, embora em tom de brincadeira, aos amigos da família que o assediavam na hora do regresso (LIMA, 1987, p.66).

Esta pertença à aristocracia não se dá sem contradições, no entanto. O seguinte trecho demanda do estudioso uma reflexão mais detida quanto a este ponto: “O nome de Ramalhete provinha decerto de um revestimento quadrado de azulejos fazendo painel no lugar heráldico do Escudo de Armas, que nunca chegara a ser colocado” (QUEIRÓS, vol. I, p. 5, grifo meu). Não há dúvida de que os Maias, e várias passagens o confirmam, tinham um escudo de armas para ali colocar. O casarão foi deixado sem ele, no entanto, e ali foi mantido, ou mesmo colocado por ordem dessa família, um painel de azulejos em que havia um ramalhete de flores. Assim, se é bem verdade que eles devem ser identificados com a nobreza, há que se pensar, entretanto, que eles não valorizam essa condição de classe; ou ao menos não o fazem dentro dos hábitos e símbolos particulares da nobreza. A falta do escudo de armas não é a única evidência neste sentido, mas em nenhum momento Carlos ou Afonso da Maia usam de qualquer título nobiliárquico.

Afonso era filho de um “fidalgo beato e doente” (QUEIRÓS, vol. I, p. 16) e contra ele se revoltava, imbuído das ideias liberais. Em matéria de casamento, entretanto, ele age de modo extremamente conservador, escolhendo para sua esposa uma Runa, filha do conde de Runa e prima de uma viscondessa. Família tão importante dentro da fidalguia portuguesa que mantém relações estreitas com a família real, sobretudo com seus membros defensores do absolutismo: o conde de Runa fora “antigo mimoso de D. Carlota Joaquina” e depois “conselheiro ríspido do senhor D. Miguel” (QUEIRÓS, vol. I, p. 19). Enorme deve ter sido sua influência e o conde consegue complacência para com seu genro, assumidamente liberal, e assim Afonso não tem os bens confiscados pela coroa, apesar da devassa em sua casa.

Não será por causa deste episódio — por seu desgosto para com o Antigo Regime e sua adesão ardente ao liberalismo — que Afonso deixou de lado o uso de um

título que ele certamente detém? Esta é uma das explicações possíveis. Talvez Afonso desdenhasse a aristocracia portuguesa, mas não desdenhava toda e qualquer aristocracia, como se verá depois. Fato é que nem por isso, sua família deixava de ser nobre. “Na verdade, Eça pensara fazer de Carlos da Maia um herói impecável. Dera-lhe uma avó Runa, da melhor fidalguia”, diz João Gaspar Simões (1980, p.561).

O fato de que em nenhum momento do livro Carlos, Afonso da Maia, ou mesmo João da Ega usem títulos de nobreza não é suficiente para deduzir que eles não pertençam à nobreza. Aliás, o próprio descaso para com o próprio título nobiliárquico de outra personagem queirosiana, Gonçalo Mendes Ramires, da obra *A Ilustre Casa de Ramires*, confirma esta possibilidade. Afinal, ainda que ele seja descrito como o mais antigo fidalgo de Portugal, mais antigo mesmo que o próprio país (QUEIRÓS, 1999, p. 74), Gonçalo jamais usa seu título de modo claro e detalhado. O leitor nem mesmo consegue saber qual é o título que ele possui.

Não obstante todos estes fatores, tem-se ainda que levar em consideração outros elementos, como implantação do Liberalismo, que trouxe a ideia de cidadania, fazendo com que o apego aos títulos passassem a simbolizar uma postura um pouco retrógrada, talvez até com um certo tom miguelista, de recusa das novas ideias. Afinal, o Liberalismo transformou os “súditos” em “cidadãos”, permitindo que todos passassem a ter os mesmos direitos e deveres legais. Diante disso, a desigualdade instituída pelo nascimento (os títulos nobiliárquicos) sobrevive apenas como um elemento retrógrado, ultrapassado e conservador. Por isso, a manutenção dos títulos foi amplamente defendidas por setores da sociedade portuguesa que ainda defendiam a volta do Absolutismo, como os miguelistas. Ainda que alguns liberais fervorosos tenham abandonado seus títulos de nobreza, deve-se notar, porém, que tais elementos de distinção social permaneceram em vigor em Portugal até o início do século XX, sendo abolidos apenas com a República. Desde a implantação do Liberalismo, entretanto, estes títulos perderam a função de segregação política, tendo um peso significativo apenas no que se refere às marcações de classe.

Assim, a postura de valorização dos títulos nobiliárquicos numa sociedade liberal deve ser vista como conservadora e certamente não agradava a Carlos e Afonso da Maia. Isto certamente não implica em republicanismo ou numa recusa a pertencer à nobreza, mas tão somente uma ideia de que fazer alarde desta condição de classe talvez

não fosse elegante, digno ou mesmo necessário. Os Maias, de fato, eram tão ricos e estimados, que não precisavam de títulos nobiliárquicos para se fazerem respeitar e talvez, devido a este poder e influência, achassem de bom tom não fazer caso disso.

Além disso, pode-se pensar num orgulho de antiga casta frente à banalização dos títulos nobiliárquicos. Evocá-los só faz sentido enquanto ainda são pertencentes a um seletto grupo, restrito a pessoas de destaque. Após serem distribuídos fartamente à parte mais alta de uma burguesia sem refinamento e desprovida de boas maneiras e cultura, de que serve vangloriar-se deles? É de fato, melhor olvidá-los.

Ainda assim, as referências à nobreza dos Maias servem para que o leitor possa melhor identificar a origem da família e de sua fortuna. Além de serem fundamentais para entender melhor os condicionamentos de classe que envolvem os membros desta estirpe e a atitude de desprezo de Afonso da Maia frente à sua nora. Este orgulho diante da banalização da nobreza talvez seja o principal motivo para que os Maias não usem de seus títulos, embora não tenham de todo perdido o orgulho de casta. A este respeito, pode-se evocar a análise de António José Saraiva:

Em resumo, uma aristocracia de adventícios e aventureiros; de políticos pelotiqueiros que devem a sua situação social à influência e posição no mundo oficial; de financeiros que a devem aos milhões; de canalhas de bulevar, apoiados também na riqueza; de novos-ricos totalmente deseducados; e até de sujeitos que vivem de expedientes (como Meirinho). O dinheiro, ou a influência política, e não a hereditariedade, a distinção nata, o talento artístico — tal é a base desta aristocracia canhestra, insolente, sem gosto e sem maneiras. No fundo, é apenas burguês enriquecido espanejando-se.

É ali, no fundo do Ramalhete, que ainda se reúne *uma tertúlia de autênticos aristocratas* (onde todavia já destoa o gordo Salcedo). Carlos e seu avô Afonso têm a superioridade no sangue; herdaram-na assim como herdaram as terras — e destacam-se, por isso, como homens de outra raça sobre uma Lisboa provinciana e plebeia (SARAIVA, 1982, p.129-130, grifo meu).

A respeito desta banalização dos títulos nobiliárquicos, vale a pena lembrar um ditado popular que se usava no século XIX para ridicularizar os que se fizeram nobres pelo dinheiro ou pela política: “— Foge, cão, que te fazem barão? — Para aonde, se me fazem conde?” Aliás, é importante ressaltar que já Garrett, em *Viagens na Minha Terra* (1846), já denuncia esses barões que nobilitaram-se a partir do Liberalismo, desagradando imensamente à antiga nobreza de casta. Destarte, é bem possível imaginar

que Afonso e Carlos não quisessem exhibir ostensivamente seus títulos, embora os tivessem e deles não abrissem mão, para não serem comparados a estes novos-ricos, que certamente gostavam de proclamar a plenos pulmões os títulos que agora adquiriram o direito de usar.

Coimbra Martins liga o aspecto humano e pessoal do incesto à tragédia social de uma elite inoperante que, enamorada de si mesma, nada faz e definha cada vez mais. Elite que explica, em grande parte, a decadência do país e de quem Carlos da Maia é a síntese. O trágico ganha assim um caráter social e histórico que se liga ao problema amoroso, que o repete a nível pessoal. A arrogância e o diletantismo são as causas desse “incesto social” que tanto prejudica a aristocracia e o próprio país: "A superioridade de Carlos relativamente ao seu meio é uma vantagem perdida, porque, no seu lugar privilegiado, ele não faz mais afinal que, no deles, Dâmaso e um Acácio" (MARTINS, 1967, p.286).

Diz ainda o estudioso: "O dilema era: ou paixão criminosa, ou crime de inacção. Carlos vence a paixão, mas, sarado dessa paixão mórbida, não fará mais nada, não sentirá mais nada. Vitória de Pirro! o preço dela foi a castração" (1967, p.286). Assim, o resto da vida de Carlos, como ocorreu com Édipo, se dá em meio à nulidade de seu ser e de suas potencialidades, numa perpétua expiação. Neste ponto, ele destoa um pouco de António Machado da Rosa, que 1964 já se apresentava imensamente crítico da vida de Carlos em Paris, e que não vê tal destino como uma punição, mas como fruição profana:

Não se sabe qual o fim de Maria, «deusa» tocada pela maldição da carne; mas não há dúvida de que Carlos continua a gozar, num desafio impune de fauno. Em vez de purgado pelo horror da tragédia que ele próprio, e só ele, tinha visto na dor insondável dos olhos do avô moribundo, fica mais boémio, convertendo em ideal a ociosidade e a dissipação. Talvez esta seja a maior de todas as ironias dos *Maias* e o comentário mais vitriólico ao carácter da sociedade que admira Carlos e o imita (ROSA, 1964, p. 398).

Para Coimbra Martins, entretanto, Carlos “falhou a vida”, como lhe disse Ega, e não há nele felicidade. O neto do ilustre Afonso da Maia procurava uma pessoa semelhante a si próprio, sendo incapaz de amar a diferença, numa espécie de “auto-celebração” doentia. Daí o fracasso de seu romance adúltero com a Condessa de Gouvarinho: ela não lhe serve como irmã; não é espelho e por isso não atrai. Carlos só

ama quem lhe é semelhante/equivalente/correspondente (MARTINS, 1967, p.283-284). Essa atitude acaba por servir de metáfora à condição social que de fato toma conta da classe social a que a família Maia pertence:

Fidalgos raramente saíam dos seus solares; só gostavam das suas torres e de si próprios, e, com medo de alianças indignas, *casavam entre primos*. Realmente os homens «capazes», como Carlos da Maia, estavam doentes de narcisismo. O Incesto d'Os *Maias* representa este narcisismo, a esterilidade de uma *élite* (MARTINS, 1967, p.284).

Isabel Pires de Lima, por sua vez, em uma obra de 1987 — *As máscaras do desengano. Para uma abordagem sociológica de «Os Maias»* — concorda com Coimbra Martins no que tange ao caráter metafórico do incesto, enquanto reflexo individual de uma realidade social e histórica. Para Isabel Pires de Lima (1987), Carlos sente-se culpado pela morte do avô, mas ela serve de libertação para ele: ele deixa de se suicidar para expiar a culpa da morte de Afonso, sofrendo durante toda sua vida este fardo. Assim, ela serve como um marco que substitui a angústia por não encontrar uma punição adequada para o enorme crime cometido. Tal angústia, certamente, seria pior que qualquer punição possível. Quando ele, voltando depois de dez anos fora, narra a Ega sua vida em Paris, a classifica como “inútil”, mas agradável. O que mostra que esta vida dedicada à expiação do pecado não é tão rigorosa assim; destoando neste ponto, de Coimbra Martins.

Beatriz Berrini (1984), por sua vez, atenua ainda mais o aspecto punitivo do destino de Carlos. Ela afirma que o incesto na ficção de Eça é tratado mais de forma romântica que trágica, prova disso é que nem Carlos nem Maria Eduarda são punidos, como na tragédia clássica, mas vivem comodamente suas ricas vidas de luxo e ócio. Ela chama a atenção para o fato de que Eça pode ter sido pouco influenciado pela vertente trágica do tratamento deste tema e muito pela abordagem romântica, que foi ampla e vasta, como a autora refere: Shelley, Chateaubriand, Byron, Verlaine, Hugo... e mesmo realista, com Flaubert e outros.

Já no ano 2000, Maria Manuel Lisboa acrescentará uma nova contribuição para o tema, de matiz fortemente psicanalítico. Para a estudiosa o incesto simboliza o desejo também do incesto pátrio, da União Ibérica. Ela vê a vida de Afonso como falhada e não como um modelo a ser seguido (LISBOA, 2000, p.185). Ele é o maior culpado pelo

incesto que virá a ocorrer e pela fuga de Maria Monforte, levando consigo a filha: afinal, ele, em seu orgulho aristocrático a rejeitara, cheio de intolerância (Lisboa, 2000, p.190). A maior originalidade de sua interpretação, entretanto, está na afirmação de que o maior trauma causado a Carlos não foi o convívio incestuoso em si, mas justamente o seu interrompimento. O problema não é o incesto, mas a proibição dele. É daí que vem a decadência.

E para Carlos, bem como para a nação que ele simboliza, não é o crime do incesto, mas antes a perda da possibilidade de realização amorosa (platônica, psicanalítica-pessoal, mas também nacional), atingível exclusivamente por via desse incesto atroz e ideal, que assinala a gênese do processo de decadência individual e pátria (LISBOA, 2000, p.76).

Em outra vertente analítica, encontra-se Ofélia Paiva Monteiro (1990). Para ela, *Os Maias* inserem na banalidade fútil, vazia e torpe de Lisboa o drama humano da paixão impossível e da quebra do tabu. Ela chamou de “grotesco” a essa mistura de elementos díspares. A estudiosa explica que o grotesco é um tipo de humor que mistura o horrendo, o abjeto e mesmo o terror ao hilário e zombeteiro. Essa é a prática d’*Os Maias*, uma vez que mesmo o horror do incesto se dá em meio à estapafúrdia sociedade lisboeta; o trágico em meio ao banal e ridículo. A vulgar e mesquinha Lisboa vive um drama tão trágico, humano, universal, culturalmente fundamental e intenso como o do incesto; que liga-se visceralmente à questão mais geral do interdito e do desejo negado: é grotesco que algo tão grandioso se dê em um meio tão reles. “O efeito grotesco está precisamente neste jogo entre o trivial e o enorme, o corriqueiramente acontecível e a catástrofe absurda e fatal, revelador das potências obscuras ou malignas que se ocultam sob a fachada do quotidiano mais vulgar”, afirma Ofélia de Paiva Monteiro (1990, p.28).

Assim, percebe-se que mesmo algo que remete à intemporalidade, como o incesto, com todos os seus elementos trágicos, no caso d’*Os Maias*, reveste-se de aspectos sociais e históricos. Deste casamento entre o intemporal e o temporal, o trágico e o vulgar, é que surge o grotesco, como apontou Ofélia de Paiva Monteiro. O que lembra uma afirmação de António Machado da Rosa: “Como diria um profundo poeta de Espanha, Machado, pela temporalidade *Os Maias* elevam-se à intemporalidade.” (ROSA, 1964, p.344).

Este livro, com efeito, produz uma visão crítica do Portugal da época, sem

descuidar de aspectos essenciais da realidade humana e, portanto, universal. Aliás, o próprio social enquadra-se como parte deste todo mais amplo que é o retrato do drama da vida humana. Deste modo, investigar o que há na obra de análise das realidades sociais e históricas não é reduzi-la, mas aprofundar-se num destes temas que dá acesso ao tema geral, mais amplo e profundo.

Com este intuito, é preciso agora dar prosseguimento aquilo que se propõe esta pesquisa e averiguar como estes jovens aristocratas imbuídos de ideias estrangeiras ligadas à nova ordem burguesa, mas de vida ainda bem semelhante — para não dizer “igual” — a de seus antepassados nobres, escrevem e qual sua relação com a escrita. Afinal, como se pretende demonstrar, a escrita deles está fortemente condicionada por sua posição de classe. Decidir escrever algo, realizá-lo de fato e depois publicá-lo ou não são decisões que não são tomadas aleatoriamente, mas carregam em si condicionantes impostos pelo momento histórico e pelas forças sociais, culturais, econômicas e políticas, que atuam nos diversos campos de poder a que o ser humano, enquanto ser social, está sujeito e dos quais participa.

Carlos e Ega acabam por assimilar algumas ideias de caráter burguês. O que se dá não tanto pela permeabilidade da aristocracia portuguesa ao convívio com membros da burguesia e de outras classes mais baixas, mas pelo poderio dos países em que a burguesia chegou ao poder, notadamente França e Inglaterra. Como países centrais na política e na economia de então, estas potências detinham considerável ascendência nos países de sua esfera de influência, como Portugal.

Graças a estas ideias estrangeiras, Carlos e Ega sentem-se um pouco mal com seu ócio e têm consciência que a vida que levam está longe de condizer com as ideias que professam. Isso porque professam as ideias que lhes chegam dos países poderosos: ideias burguesas. Ainda assim, continuam a viver como aristocratas, sem jamais desejar renunciar aos privilégios que possuem e que lhes garantem tanto prazer e luxo.

Portanto, num país ainda com uma burguesia fraca, a aristocracia percebe-se privilegiada e ociosa, sem nada mudar diante destas constatações. A culpa de seu tédio, frustrações e ociosidade será sempre atribuída ao país, à burguesia e à política; num traço de infantilidade e irresponsabilidade de meninos crescidos e mimados, sim, mas também de animosidade e luta de classes. Afinal, não se trata de um fenômeno puramente individual, mas de recorrência, com caráter coletivo e função social: atribuir

a culpa às outras classes ou ao país como um todo pode ser um ato pertinente dentro da luta por poder. Deste modo, devem ser entendidas as inúmeras alusões depreciativas à burguesia feitas no texto, tendo sido algumas já citadas aqui. Este caráter ideológico não apenas permite depreciar o inimigo, mas justificar-se perante si e perante os outros por suas fraquezas.

Aliás, algo contribui para esta espécie de “cegueira” da aristocracia: a própria emulação da burguesia, que tentava associar-se à nobreza e ser por ela aceita. Este, é um fenômeno geral, presente mesmo em locais de burguesia dinâmica e combativa, como a Inglaterra. Como já se disse, porém, à medida que caminhamos para a periferia do sistema, as características da estrutura de dominação tendem a se transformar em caricatura, acentuando suas contradições internas.

Por isso, em Portugal, onde grande parte da burguesia nacional não é senão empregada ou dependente da burguesia estrangeira, a fraqueza desta classe se revela maior e, conseqüentemente, aumenta sua propensão a imitar a aristocracia em seus símbolos de poder. Diante da falta de um adversário à altura, a aristocracia folga, gozando dos prazeres de uma vida ociosa e requintada, sem preocupar-se com nada. A própria burguesia que deveria combatê-la, com ideias que opusessem ao modelo social vigente outro, mais moderno e dinâmico; a própria burguesia que deveria tirar o sono da aristocracia contribuiu para que ela se sinta ainda mais forte e superior a tudo e a todos, erigindo-a como modelo maior a ser seguido pelos demais e renunciando a um embate direto. Tal burguesia não quer destruir a aristocracia para formar outra sociedade. Ao contrário, quer ela apenas substituir a aristocracia neste mesmo modelo semiarcaico ainda vigente. Trata-se de uma luta travada não em torno da aceitação ou recusa de um dado modelo social, mas uma simples disputa para ver quem é que comandará o sistema atual.

Quanto à autoanálise crítica, ela vem do contato com ideais estrangeiros modernos contidos em obras de crítica social, como as de Proudhon e Renan. A aristocracia de um país periférico não pode deixar de ser influenciada pela autoridade ideológica das grandes potências. Ainda que ela, mais que ninguém, possa ser socialmente prejudicada se estas ideias vierem a ser colocadas em prática. A crítica social, no final do século XIX, expande e ganha força, diante da percepção de que se vive numa época de decadência. A autoanálise presente n’*Os Maias* carrega muito da

influência desta percepção decadentista distinta daquela oriunda dos países centrais; percepção que influenciou Antero e as Conferências do Casino.

As próprias crises do capitalismo durante a segunda metade do século XIX, como a de 1873 (HOBSBAWN, 2003), confirmam que já não se pode crer numa expansão sem limites e num progresso sempre contínuo, sem contradições e tropeços. Em Portugal, como mostrou o texto de Antero, esta percepção é ainda mais profunda e diferenciada da presente nos países mais ricos da Europa. Afinal, não se trata de um refrear a marcha rumo à acumulação e a conquista, de uma desaceleração de um processo até então tido como invencível e inelutável. No texto do poeta português nota-se a percepção de que este processo avança cada vez mais no estrangeiro enquanto este país fica para trás e se enfraquece mais e mais diante do resto da Europa. A questão já não é a existência de uma burguesia que não se percebe tão forte quanto a que lhe precedeu ou de remanescentes da ordem aristocrata a queixarem-se dos tempos áureos de sua classe. Em Portugal, temos um país que já foi potência e que no final do século XIX não passa de periferia do capitalismo.

Com efeito, Carlos e Ega percebem-se como pertencentes a uma sociedade em decadência cada vez maior e sentem-se partícipes disso, sem nada fazer para alterar esta situação. São críticos em relação a si próprios e a seu ócio, mas não estão dispostos a deixar seus privilégios de classe para dedicarem-se firmemente a um propósito, como fará Gonçalo Mendes Ramires. Esse imobilismo e apatia das protagonistas serve para denunciar a atitude passiva da aristocracia portuguesa:

Ao lermos *Os Maias* acompanhamos vários percursos de desengano, seguimos várias sendas conducentes à desistência, sem que a transparência jamais se vislumbre, sem que se defina uma alternativa para o imobilismo inoperante na sociedade portuguesa, estigma esterilizante, que nos ameaça como nação — e aqui reside a verdadeira dimensão trágica do romance (LIMA, 1990, p.10).

A distância entre as ideias e a prática é uma contradição comum, presente em todos os países e épocas históricas. Ela é mais forte, entretanto, nos países periféricos, onde as ideias estrangeiras são assimiladas com fervor — embora não correspondam à realidade local, mas respeitem processos históricos que estão acontecendo apenas nos países que as geraram — acabando por entrar em contradição com a prática daqueles que dizem defendê-las e com outras ideias destes mesmos pensadores da periferia. Schwarz

(2000), por exemplo, retrata a sociedade machadiana como liberal e escravocrata; ideias vindas de fora e realidade local tradicional, o que acentua a contradição europeia entre o liberalismo e as péssimas condições de vida das classes baixas, transformando característica em caricatura. Esta contradição reflete-se até na produção romanesca. Segundo Bittencourt (2010), os romances dos países periféricos muitas vezes tendem a ser cópias adaptadas dos grandes sucessos dos países centrais. Adaptação que garante a verossimilhança e busca esconder ou resolver as contradições:

A adaptação não se dá apenas na forma romanesca, mas na ideologia das obras. Mesmo com a presença de semelhanças, há que se pensar que havia muitas diferenças entre as realidades sociais de Portugal ou Brasil e as da França, centro da produção romanesca da época e país hegemônico culturalmente, em relação aos outros dois. Assim, basta ver que um romance que se passa numa cidade grande e desenvolvida, com inúmeras formas diferentes de trabalho e amplo operariado era possível na França ou na Inglaterra, mas não no Brasil. Bem como a presença de escravos nos romances brasileiros não se justificaria num romance francês (BITTENCOURT, 2010, p.1).

Não apenas o dinheiro dos Maias fazia deles respeitados perante a sociedade, mas o nome e a antiguidade desta Casa aristocrática. Foi isso o que fez com que Afonso da Maia — tão moderno em vários aspectos, como se pode ver pelos conflitos entre ele e seu círculo de amizades em Santa Olávia a respeito da educação de Carlos ainda menino — se recusasse a aceitar os relacionamentos entre Pedro e Maria Monforte. O jovem Afonso, que fora liberal em meio ao Portugal Miguelista, torna-se admirador da aristocracia *Tory* inglesa durante seu exílio. Ele, que tentara educar Carlos longe da cartilha e da sebeta, mas dentro de um espírito verdadeiramente investigativo, curioso e livre. No entanto, Carlos teme revelar seu amor por Maria Eduarda a este avô carinhoso e aberto às novas ideias (leitor de Michelet). O mesmo Afonso que deseja ver o neto a trabalhar é um homem que nunca trabalhou. Ele mimá o neto, dando-lhe tudo que este deseja, sem nunca dizer-lhe “não”, mas lamenta que ele viva em meio ao ócio. Tais contradições não são características apenas de Afonso, mas de sua classe, dividida entre as estruturas tradicionais de poder e as novas estruturas — implantadas nos países ricos e poderosos — que ela admira, mas que sabe distantes de si e de seu domínio.

Há, por parte da aristocracia, uma maior permeabilidade diante das ideias estrangeiras porque, ao contrário das classes baixas e dos burgueses, que fazem do

nacionalismo uma arma na luta de classes, os aristocratas de diversos locais da Europa sempre sentiram-se mais unidos entre si que com as demais classes sociais de seu próprio povo. Seguindo a tradição humanista que, por sua vez, sucedeu a antiga imagem unificadora da cultura europeia, a de “cristandade”, foram educados em vários idiomas e sempre valorizaram as produções artísticas e filosóficas estrangeiras. Tal cosmopolitismo e abertura às ideias e obras de outros povos agiu como uma espécie de **cavalo de Tróia** para a nobreza dos países periféricos, servindo como facilitador da assimilação dos ideais burgueses vindos dos países mais desenvolvidos e poderosos. Arendt analisa a atuação de um nobre francês algo que serve como paradigma desta internacionalização da aristocracia europeia e de seu modo de viver específico, altamente civilizado e refinado:

Boulainvilliers preparou seu país para a guerra civil sem saber o que uma guerra civil significava. Representava muitos daqueles nobres que não se consideravam partícipes da nação, mas sim de uma casta governante à parte, que se sentia mais próxima de estrangeiros, desde que da “mesma sociedade e condição”, do que de seus compatriotas (ARENDR, 1989, p.193).

Usa-se a imagem do cavalo de Tróia não no sentido de que este cosmopolitismo tenha sido dado à aristocracia por alguém e que o tenha sido feito com o deliberado propósito de arruiná-la. Não se trata disso, mas é inegável que, assim como na tradição grega, o que parecia inocente para alguns revela-se funesto para todos e promove a destruição que vem de dentro do próprio grupo. Afinal, assim como a gigantesca escultura de madeira permite aos guerreiros gregos iniciar a destruição de seus inimigos no interior de sua própria cidadela, sem ter de derrubar a inexpugnável muralha, o cosmopolitismo aristocrático leva as ideias burguesas para o seio da própria nobreza, gerando contradições que lhe farão inoperante na defesa de seus próprios interesses, lhe deturparão a consciência de classe — essencial para sua própria existência — e acelerarão o processo de transformação social que lhe derrubou completamente e deu mais e mais poder à burguesia.

A falta de menção aos títulos nobiliárquicos, aliás, permite perceber que embora admiradores das ideias burguesas dos países centrais, estes aristocratas não deixam de usufruir dos privilégios que sua posição de classe lhes proporciona. Tais ideias são

contrárias à existência de privilégios de nascimento; então, basta fingir que isso seja algo que não lhes agrada, ainda que dele não abram mão.

Acontece, portanto, que esta situação contraditória entre ideias e vida acaba por se revelar nos detalhes. Ainda que em suas palavras, muitas vezes, pareçam defensores de ideias positivistas e burguesas, seus atos — e uma ou outra confissão ou deslize — acabam por situar-lhes mais próximos do Antigo Regime; enquanto verdadeiros resquíços desta ordem social. Neste ponto, os aristocratas portugueses de fins do século XIX lembram os seus congêneres brasileiros, que, segundo Sérgio Buarque de Holanda (1995, p. 73), também contribuíram para o fortalecimento de ideais estrangeiros, mesmo pouco condizentes à realidade de posição de mando desta classe social:

Eram escravocratas tão poderosos que podiam se dar ao luxo de serem liberais, como os Maias, que podiam se dar ao luxo de fingirem ser modernos, embora continuassem a viver do mesmo modo que seus antepassados. Pode-se dizer que, para usar uma expressão coloquial, trata-se de aristocratas “envergonhados”, ou seja, de pessoas que, conscientes das críticas dirigidas à sua posição social, sem poder contestá-las, acabam contraditoriamente aceitando estas ideias ou fingem fazê-lo. Isso, entretanto, sem colocar em prática o que dizem e continuando a viver como sempre viveram. Para possibilitar esta contradição, eles culpam as classes baixas e a burguesia pela situação em que se encontram e que admitem não ser a ideal.

Assim, a culpa do ócio de Carlos da Maia e João da Ega é sempre do “país”. Eles reconhecem o valor do trabalho e pensam que deveriam também trabalhar, mas nunca colocam em prática o que dizem. Ainda assim, veem a si próprios como a única salvação da pátria, os únicos membros lúcidos da coletividade e capazes, portanto, de vencer a decadência do país, como a fala de João da Ega a seguir atesta; ele está em meio à uma conversa com Carlos da Maia e Maria Eduarda a respeito da revista que os dois pensavam em fundar:

No fim, este diletantismo é absurdo. Clamamos por aí, em botequins e livros, «que o país é uma choldra». Mas que diabo! Porque é que não trabalhamos para o refundir, o refazer ao nosso gosto e pelo molde perfeito das nossas ideias?... (QUEIRÓS, vol. II, p. 233-234).

*Os Maias* constituem uma obra que percebe a decadência de seu país, mas não crê numa mudança efetiva desta realidade. Aliás, este livro está longe de poder ser

considerado “otimista”. O ócio de alguns dos mais hábeis jovens da sociedade portuguesa, o drama do incesto, a idiotice dos homens de Estado, o adultério e a fútil busca por apenas “manter as aparências”, a cupidez mesquinha e a falta de refinamento e gosto da burguesia, a vulnerabilidade frente às ideias, produtos e ações políticas dos países estrangeiros, a submissão interesseira dos parasitas sociais... tudo isso contribui para que *Os Maias* sejam um livro sobre a decadência.

Assim, a sociedade de uma sociedade, pensando no Ocidente como um todo, que realizou militar e economicamente mais que qualquer um poderia sonhar há poucas décadas atrás, dominando quase que o mundo inteiro de modo praticamente incontestado, acaba por levá-la à percepção de suas limitações. O progresso não trouxe todos os avanços esperados e se povos longínquos submetem-se ao domínio europeu, tem-se a corrosão dos valores tradicionais e da coesão social interna. A sociedade moderna do final do século XIX é, com efeito, palco da mais acirrada luta de classes e assiste com desgosto ao avanço do individualismo, da criminalidade, da falta de perspectivas e de outros aspectos que moldarão a vida do século XX.

A ciência não trouxe todos os benefícios que prometia. Por conseguinte, o progresso não foi pleno. A república representativa, nos países que a conheceram já nesta época, se mostrou uma bela ilusão e uma esperança perdida. As epidemias não foram extintas. Muito menos a pobreza e as condições de vida degradantes da classe trabalhadora. A revolta armada destes miseráveis parece iminente, deflagrando uma guerra fratricida que ninguém sabe aonde poderá chegar e que proporções tomará. O decréscimo da religião não trouxe o avanço da consciência crítica e da independência pessoal, mas o desespero e outros tipos de misticismo. Os povos selvagens que ainda restavam ao mundo sofrem agora o peso da dominação e têm suas tradições destruídas em nome da implantação desta civilização decadente e decepcionada consigo própria. Acabam assim as esperanças e a inocência do mundo em prol da produção massiva de bens de consumo cada vez de menor qualidade e das guerras que garantem o mercado consumidor para estas quinquilharias. A frustração é grande e a noção de decadência é cada vez mais forte, em toda a Europa. Em Portugal também e *Os Maias* testemunham isso.

No entanto, aqui a dor é ainda maior, pois não se trata da decadência frente a uma ou duas gerações anteriores, mas sim diante de séculos e séculos de

enfraquecimento contínuo em comparação com o resto da Europa. É a decadência sem glória, portanto, ou mesmo sem resquícios desta glória. Decadência que Carlos e Ega percebem, mas não que não combatem, pois percebem-se enquanto pessoas privilegiadas e não querem perder esta posição. Aceitam as ideias estrangeiras que lhes demonstram que para ser grande uma nação precisa valorizar o trabalho, o senso prático, a ordem e o mérito, mas apenas as defendem quando isso torna-se útil para criticar a burguesia, o Estado e as classes baixas. Nunca as direcionam para si próprios, fugindo ao preceito evangélico de tirar primeiro a trave de seu olho para depois cuidar do cisco no olho do outro.

Assim, o país é percebido como fadado ao fracasso e o que resta não é enfrentar a luta por transformá-lo e regenerá-lo, como fará Gonçalo, mas a fuga; ao menos para os que são ricos o suficiente para realizá-la sem medo de perderem sua fortuna e sem abandono do luxo e requinte de que já gozavam em seu próprio país:

Então Ega perguntou, do fundo do sofá onde se enterrara, se, nesses últimos anos, ele não tivera a ideia, o vago desejo de voltar para Portugal...

Carlos considerou Ega com espanto. Para quê? Para arrastar os passos tristes desde o Grémio até à Casa Havanesa? Não! Paris era o único lugar da Terra congénere com o tipo definitivo em que ele se fixara: «o homem rico que vive bem». Passeio a cavalo no Bois; almoço no Bignon; uma volta pelo *boulevard*; [...] Nada mais inofensivo, mais nulo, e mais agradável (QUEIRÓS, vol. II, p. 482-483).

Carlos da Maia e João da Ega não se conformam com a situação de subalternidade de seu país frente aos demais e identificam os culpados por esta situação como sendo a classe política dirigente e a população de baixa renda, pouco instruída e ligada a costumes arcaicos. Assim, criticam aos demais, sem jamais responsabilizarem-se, a não ser em raros momentos, por esta condição de inferioridade na política e na economia mundiais. Eles não atribuem a si sequer alguma pequena parcela da culpa pelo estado do país e assim tentam aparentar, para si e para os demais, que são vítimas da inépcia das outras classes sociais e do Estado e, mais, os únicos capazes de salvar a pátria, se lhes deixarem fazê-lo.

Além disso, eles veem o Estado como um dos culpados pela apatia e a mediocridade reinantes em Portugal. Detentores de uma condição intelectual privilegiada (apenas diante da estúpida Lisboa d'Os *Maias*, diga-se de passagem), estes

jovens aristocratas opõe-se aos que deixaram seu país distante do passado glorioso que já se viveu. Trata-se, portanto, de um conflito que tem também o aspecto de embate entre gerações, em que as novas gerações sempre atribuem a culpa por todos os males de que padecem às anteriores.

Retomando o que foi dito sobre o trabalho e sua relação com o universo simbólico burguês e não com o mundo aristocrático dos Maias, vê-se que é por isso que a sociedade não censura Carlos por seu ócio, mas sim por sua tentativa de se tornar um trabalhador (ainda que um profissional liberal e, portanto, sem patrões). Tendo em vista que a notícia do incesto parece não se espalhar por Lisboa, permanecendo um segredo muito bem guardado, a maior mancha na imagem social de Carlos está justamente na sua atuação laboral. Tão admirado e invejado em Lisboa por sua elegância, refinamento, cultura, dinheiro, nome e porte físico, Carlos da Maia só é maculado por querer, a despeito de tudo isso, trabalhar.

Assim, a ideia de escrever poderia representar uma nova mácula, uma atividade arriscada para quem não precisa — e, mais que isso, **não deve** — realizar nenhuma séria atividade produtiva. O que a sociedade espera de Carlos e Ega é que, como os demais de sua classe, viva o ócio e o diletantismo. Afinal, é da tradição ibérica recriminar o trabalho como atividade de homens inferiores e o ócio e o cultivo da elegância e das artes como dignos de honra. “Tradição ibérica” porque os relatos históricos afirmam que esse traço histórico e cultural desenvolveu-se mais profundamente em Portugal e Espanha (vide Antero de Quental), mas não se pode esquecer que essa era uma característica das sociedades de corte de toda a Europa, como bem ressaltou Norbert Elias (2011).

Era de se esperar, portanto, que, bem como a atuação como médico de Carlos da Maia foi recriminada socialmente, a ponto de chamarem-no de “asno”, sua escrita também o fosse. Daí que a tentativa de se tornar pessoas activas poderia custar caro aos dois jovens aristocratas e a renúncia a esses “caprichos” e a aceitação dos papéis sociais que lhe eram reservados, ao contrário, lhes reservaria recompensas e benesses. De fato, é típico de qualquer sociedade reforçar com estímulos e recompensas o comportamento que deseja ver praticado e rechaçar com punições e ameaças aquele que deseja ver evitado. A isto Durkheim (2007) chamou de “fato social”.

Pode-se argumentar que a repreensão social à actividade de Carlos da Maia no

âmbito da Medicina foi estimulada pelo desejo de seus colegas de anularem um concorrente poderoso. Ora, isso é evidente. O que não se pode olvidar é que isso poderia ocorrer também no que se refere à actividade escrita, como ocorreu com Artur, ludibriado e prejudicado por Roma, que desejava anulá-lo.

Assim, deve-se ter em mente que a concorrência comercial apenas se aproveita de um expediente de recriminação social já existente. No caso de Artur, este expediente está na maior valorização de um drama com relação a uma comédia. No caso de Carlos da Maia trata-se de algo ainda mais forte: da recriminação aos aristocratas que desejassem trabalhar. Existe em Carlos e Ega, e este é um ponto central desta tese, um receio de fracassarem que os leva à não publicação de suas obras e, aliás, a nem terminá-las. Isto não é fruto apenas da dispersão de interesses e do diletantismo das personagens, mas de uma condição de classe. Ou melhor: estas características não podem ser atribuídas apenas a eles, mas são características da classe. Características da aristocracia lisboeta como um todo.

Para justificar-se desta apatia e inutilidade, num mundo materialista e imediatista, a aristocracia culpa as classes baixas e a burguesia. São os outros que são sempre os responsáveis pelo atraso e os problemas do país. Os aristocratas afirmam que sua classe é a única que poderia salvar o país, mas não consegue fazê-lo graças aos entraves colocados pelo resto da sociedade. Na realidade, ela não tem interesse numa transformação profunda da sociedade lusitana e, se encarna valores burgueses dos países centrais, o faz apenas para impedir que a burguesia nacional o faça e acabe por destroná-la.

## Referências:

ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: anti-semitismo; imperialismo; totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BERRINI, Beatriz. *Portugal de Eça de Queiroz*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

BITTENCOURT, Rodrigo do Prado. Aspectos históricos e sociais da formação do romance em países da periferia do capitalismo. *LL Journal*, vol. 5, núm. 2, p. 1-5, 2010. Disponível em <<https://lljournal.commons.gc.cuny.edu/2010-2-doprado-texto/>>. Acesso em: 06 de jan. de 2017.

BLOCH, Marc. *A sociedade feudal*. Lisboa: Edições 70, 1982.

ELIAS, Norbert. *Mozart – a sociologia de um gênio*. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: Uma História dos Costumes*. Volume 1. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

GODOY, Jack. *O Roubo da História: como os europeus se apropriaram das ideias e invenções do Oriente*. 2ª Edição, São Paulo: Contexto, 2012.

HOBBSBAWN, Eric. *A era dos Impérios. 1875-1914*. 8ª Edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LAMPEDUSA, Giuseppe Tomasi se. *O Leopardo*. 3ª Edição, São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1963.

LIMA, Isabel Pires de. *As máscaras do desengano. Para uma abordagem sociológica de «Os Maias», de Eça de Queirós*. 1ª Edição, Lisboa: Caminho, 1987.

LISBOA, Maria Manuel. *Teu amor fez de mim um lago triste – ensaios sobre «Os Maias»*. 1ª Edição, Porto: Campo das Letras, 2000.

MARTINS, António Coimbra. *Ensaio queirosianos*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1967.

MAUSS, Marcel. *Ensaio Sobre a Dádiva*. Lisboa: Edições 70, 2008.

MONTEIRO, Ofélia Paiva A poética do grotesco e a coesão estrutural de «Os Maias». In: REIS, C. (coord.) *Leituras d'Os Maias: Semana de Estudos Queirosianos. Primeiro Centenário da Publicação d'Os Maias – 1888-1988*. Coimbra: Livraria Minerva, 1990, p. 15-42.

QUEIRÓS, José Maria Eça de. *A Ilustre Casa de Ramires*. Edição Crítica das obras de Eça de Queirós. Direção de Carlos Reis. Lisboa: Imprensa nacional – Casa da Moeda, 1999.

QUEIRÓS, José Maria Eça de. *Os Maias*. 2 vols. Porto: Lello e Irmão, 1945.

ROSA, Alberto Machado da. *Eça, discípulo de Machado?*, 2ª edição, Lisboa: Editorial Presença, 1964.

SARAIVA, António José. *As ideias de Eça de Queirós*. Lisboa: Gradiva, 1982.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000.

SIMÕES, João Gaspar. *Vida e obra de Eça de Queirós*. Lisboa: Bertrand, 1973.

## OS MAIAS: WRITING, IDEOLOGY AND POWER

### ABSTRACT

There are in the novel *Os Maias* (1888), the most important work of the Portuguese Realism, characters who deal with writing: Carlos da Maia and João da Ega plan to release books and a magazine, but they never materialize their plans. This article intends to discuss what led these two characters to renounce their attempts. It is necessary analyze the motivations of each of them and how a publication could affect their interests and dreams. For this, we use the Literary Criticism and the analysis of the historical context fictionalized by the novel. The class struggle proves to be a prime factor in understanding the writing of these characters.

**Keywords:** *Os Maias*, Characters, Class struggle, Writing.

Recebido em 24/01/2017.

Aprovado em 02/04/2017.